

## Da Carta da Terra à Agenda 2030: etnografia das redes de influências

Idorlene da Silva Hoepers<sup>1</sup>

Priscila Cortes Ramos<sup>2</sup>

Evelisa Meirinho Lima<sup>3</sup>

### Resumo

A Carta da Terra e a Agenda 2030 são importantes documentos de referência para a educação ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável resultantes de eventos ambientais internacionais, organizados a partir da década de 1990 pela Organização das Nações Unidas, em conjunto com entidades governamentais e não governamentais. Com o crescente processo de globalização mundial, cada vez mais são estabelecidas parcerias público-privadas que interferem na circulação de ideias e produção de documentos, resultantes de acordos matizados por relações de poder, redes de influências e interesses caracterizados pela governança global. Considerando tais premissas, o objetivo deste artigo é compreender como essas redes de influências se formam e interferem nas políticas públicas, incluindo documentos firmados em eventos ambientais internacionais, ligados à educação ambiental. A partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, além da consulta aos *websites* institucionais vinculados aos documentos citados ancorados no método da etnografia de redes. Do movimento de pesquisa realizado em vários *websites* e notícias vinculadas à Carta da Terra e Agenda 2030, foi possível perceber que as parcerias público-privadas estabelecidas envolvem diferentes atores e tipos de transações de complexa identificação, assim como uma diversificada carteira de investimentos e doações em forma de filantropia. As redes de influências são estabelecidas para garantir lucros e transitam livremente na esfera governamental, revelando o movimento de governança global que envolve diferentes atores e instituições na defesa e apresentação de soluções criativas para problemas complexos, como a educação ambiental e a sustentabilidade.

**Palavras-Chave:** Carta da terra; Agenda 2030; Etnografia de Redes; Redes de Influência; Políticas Públicas.

### 1 Introdução

No mundo globalizado, o estudo sobre as relações estabelecidas entre o Estado e grupos de interesses por meio da etnografia de redes e suas influências (BALL, 2022) tem se tornado frequente para o exercício de compreensão sobre como ocorrem os movimentos das políticas, especialmente as voltadas à educação ambiental. Considerando esta premissa, cada vez mais a elaboração de tais políticas é submetida aos processos de negociação de interesses e jogos de

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação; Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE e do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC, Camboriú, Santa Catarina, Brasil; idorlene.hoepers@ifc.edu.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC; Camboriú – Santa Catarina, Brasil; priscilacortesramos@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Educação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC; Camboriú – Santa Catarina, Brasil; evelisalima@gmail.com.

poder representados por empresários bem como sob a influência dos Organismos Internacionais entre eles a Organização das Nações Unidas.

Com as atenções voltadas aos eventos internacionais específicos realizados a partir da década de 1990, referentes à produção de políticas de educação ambiental, o objetivo deste artigo é compreender como essas redes de influências se formam e interferem nas políticas públicas, incluindo documentos firmados em eventos ambientais internacionais, ligados à educação ambiental. Assente a perspectiva apresentada observa-se a constituição de redes políticas de grupos formados por organismos multilaterais, grupos econômicos, organizações não governamentais (ONGs) e empresários que se associam e articulam na tomada de decisões nas políticas públicas educacionais de países latino-americanos, como o Brasil.

O estudo proposto se encontra em andamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação (PPGE/IFC), do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, vinculado à linha de pesquisa Processos Educativos e Inclusão e tendo como apoio a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Na pesquisa de cunho qualitativo compreensivo (AMADO; CRUSOÉ, 2014) utilizamos procedimentos metodológicos como a análise bibliográfica e documental, contando com análise de fontes primárias (documentos oficiais de domínio público) e secundárias (*websites* institucionais e produções sobre a temática). Como método empregamos a etnografia de redes, ampliando o conhecimento sobre como as redes políticas e seus atores se relacionam e interagem por meio de objetivos comuns estabelecidos.

Para discorrer sobre o assunto, este texto foi dividido em três seções. A primeira seção apresenta os principais eventos ambientais internacionais, após a década de 1990 e discorre de forma resumida sobre alguns acordos e documentos firmados. A segunda seção apresenta conceitos relevantes como etnografia de redes, redes políticas e governança e explica o método proposto por Stephen Ball (2022) para a investigação das redes de influências. Na terceira seção, são apresentadas e discutidas as informações localizadas em *websites* relacionados a ECO-92 e a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que demonstram as associações existentes. Nas conclusões são apresentadas as sínteses elaboradas no decorrer do processo de produção da pesquisa e do texto. Pretende-se desta forma, tecer considerações sobre como as redes políticas se consolidam, quais interesses intrínsecos existem por trás dessas relações elucidando a situação de interdependência e submissão do poder público a interesses de terceiros na elaboração das políticas públicas voltadas a educação ambiental.

## 2 Principais documentos estabelecidos em eventos ambientais internacionais a partir da década de 1990

Desde a revolução industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX a questão ambiental e os danos causados a partir da ação do homem estão presentes. À época iniciaram os primeiros indícios de uma preocupação com a relação homem e natureza, devido aos efeitos e modificações drásticas que a forte industrialização e o ser humano estavam causando ao meio. Após a Segunda Guerra Mundial e o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, foi organizado o movimento ambientalista que começou a ser delineado no final da década de 1960 e início dos anos de 1970. Nesse contexto histórico, ocorreu o despertar da consciência ecológica (CAMARGO, 2007)<sup>4</sup>, marcado pela promoção de formas alternativas de desenvolvimento, integrando preservação ambiental.

Com os crescentes prejuízos, na década de 1990, os eventos ambientais internacionais tomaram grandes proporções e maior visibilidade quanto à problemática ambiental. Antes o foco das discussões era a contestação das causas e origens da crise ambiental, mas sob a interferência cada vez maior do neoliberalismo, o discurso era voltado para combater os efeitos dessas causas, a partir da ideologia do desenvolvimento sustentável. Após os anos de 1990, o movimento ambientalista contou com momentos de avanços, como a implantação de novas leis voltadas à proteção do meio ambiente e à entrada de recursos internacionais. No entanto, também teve retrocessos políticos como a disputa por agendas e influência, além da existência de governos como o do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, caracterizado pelo desmonte da política ambiental, segmentando e enfraquecendo a essência do movimento.

Em 1992 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92, conhecida também pelos nomes Cúpula da Terra e Rio 92 que contou com a participação de delegações de 172 países. Um fato marcante a ser mencionado, foi a escolha de um país em desenvolvimento para sediar a conferência e Lago (2013) menciona que isso foi um forte indício de que o tema não podia mais ser

---

<sup>4</sup> O termo está ligado ao despertar do pensamento acerca das consequências da interação dos seres humanos com o meio ambiente, influenciado pelos movimentos ambientais e gerando mudanças de comportamento ambientalmente responsáveis. Está ligado à publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring), em 1962, da autora Rachel Carson e é considerado um dos marcos fundadores do movimento ambientalista internacional. Hoje é citado por autores como Camargo (2007), que fala do despertar das novas gerações em direção a valores ecológicos, através da conscientização, percepção e sensibilização ecológica.

considerado assunto supérfluo para os países desenvolvidos, pois requeria o envolvimento coletivo da comunidade internacional.

As discussões da conferência aconteceram durante 12 dias e se concluiu que era preciso agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento. Houve também uma melhor aceitação por parte dos países desenvolvidos, quanto à responsabilidade pela preservação do meio ambiente, pois os países em desenvolvimento precisam receber apoio financeiro e tecnológico para chegarem a um modelo sustentável, incluindo redução dos gases por combustíveis fósseis.

De modo geral, a Eco-92, obteve várias conquistas, entre elas a de marcar o tema do meio ambiente como assunto prioritário na agenda mundial. Apesar disso, para muitos ambientalistas e especialistas, a conferência não trouxe “questionamentos mais profundos, capazes de levar a transformações decisivas nos modos de viver, nos padrões civilizatórios, nas matrizes energéticas, nos padrões de consumo” (NOVAES, 1992, p. 90). Nesta perspectiva, o modelo de desenvolvimento sustentável atrelado a cooperação internacional, pode ser visto como algo ilusório, pois o processo de globalização dentro do capitalismo se impõe. Apesar das avaliações mais duras, o evento ainda assim, foi um grande legado e teve muitos desdobramentos do ponto de vista científico, diplomático, político, social e da comunicação, uma vez que nessa conferência, foram firmados quatro acordos, Agenda 21, Carta da Terra, Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Declaração de Princípios sobre Florestas, sendo a Carta da Terra destacada neste texto, com maior profundidade.

A Carta da Terra é considerada uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica criada como uma referência para direcionar a mudança para um futuro com olhar inclusivo e integralmente ético. Foi estruturada em quatro princípios: respeito e cuidado da comunidade de vida, integração ecológica, justiça social e econômica, e democracia, não violência e paz. Tendo sido elaborada há quase 30 anos, permanece atual, emblemática e desafiadora, perante os problemas atuais.

Sobre a atualidade da Carta da Terra, no *website* do Correio Braziliense, encontramos as palavras de Pedro Ivo de Souza Batista, coordenador da ONG Associação Alternativa Terrazul e da Teia da Carta da Terra Brasil afirmando que:

As crises citadas decorrem de crime maior, que permeia todas: a crise ética profunda. A visão que justifica as iniquidades, segregações e discriminações como se fossem naturais está na origem do pensamento dominante e do velho paradigma desenvolvimentista antropocêntrico, patriarcal e racista (BATISTA, 2020).

Batista (2020) complementa que a carta serve como um mapa para o redirecionamento pós-pandemia, através de parâmetros que mudem os alicerces da imagem que se tem do termo desenvolvimento. O atual modelo de desenvolvimento econômico não é mais compatível com o momento ambiental atual, pois o planeta chegou ao ponto de não retorno, no qual as mudanças climáticas, causadas pelo aquecimento global, não podem mais ser revertidas. A “agonia planetária”, crise multidimensional apontada por Edgar Morin (2003), é capaz de atingir todos os aspectos humanos, biológicos, sociais, afetivos e relacionais, pode ser alterada por mudanças comportamentais utilizando a educação como eixo. A crise civilizatória, formada por um conjunto multifacetário de pontos como a problemática ambiental e agruras morais, sociais e políticas, precisa ser superada de forma coletiva, unindo sociedade civil, grandes organizações, órgãos públicos e demais setores da sociedade em prol da criação de sociedades sustentáveis.

Em 2002, ocorreu a Rio+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na cidade de Joanesburgo (África do Sul) e teve como propósito colocar em prática os compromissos firmados na Eco-92, especialmente os contidos na Agenda 21, como erradicação da pobreza, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente. O evento contou com a participação de 193 países, durante um período de 10 dias, sendo 100 países, representados pelo chefe de Estado ou de Governo. Ainda estiveram presentes 10 mil delegados governamentais de organizações intergovernamentais, oito mil pessoas de organizações não governamentais, grupos indígenas, jovens, agricultores, cientistas, entre outros e quatro mil jornalistas credenciados.

Situando historicamente, a década que antecipou a conferência em questão, foi a de maior crescimento econômico da história, devido a situações como a atitude da China em aderir em muitos aspectos ao modelo capitalista e ao aumento das transações comerciais e financeiras mundiais. O mundo também se encontrava em um processo de desenvolvimento tão intenso associado à globalização, que aumentou as desigualdades sociais e que não obedecia aos princípios do desenvolvimento sustentável. Por esses fatores, a conferência ocorreu em um “descompasso entre a disposição dos governos de negociar e a vontade pública de assumir os desafios, criou na opinião pública um distanciamento que se justificaria na medida em que os principais atores manifestavam ceticismo nos meses que antecederam a Cúpula” (LAGO, 2013, p. 118).

Apesar disso, o encontro teve resultados significativos como o fomento de uma série de conferências mundiais posteriores, tendo como temas, direitos humanos e a participação da mulher na sociedade. Foram reafirmadas as metas para a erradicação da pobreza, melhora na distribuição da água e ampliação do saneamento público, além da inclusão de discussões sobre energias renováveis e responsabilidade corporativa. Foi criado também um fundo mundial de solidariedade para auxiliar os países em desenvolvimento e o fortalecimento de parcerias para a concretização de projetos.

Do evento resultaram dois documentos, uma declaração política principal, conhecida como Declaração de Joanesburgo, intitulada como “O compromisso de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável” e um plano de implementação. Segundo Galvão, Siqueira e Barros-Platiau (2018, p. 85), o documento final da Declaração de Joanesburgo “inclui a demanda pelo alívio da dívida externa dos países em desenvolvimento, o aumento da assistência financeira para os países menos avançados” e reconhece que as desigualdades financeiras entre os países, estão no cerne do desenvolvimento sustentável.

Ribeiro (2002, p. 39), explica no que consiste o documento:

O documento está dividido em 10 partes: introdução, erradicação da pobreza, mudança nos padrões insustentáveis de consumo e produção, proteção e gestão da base dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado, saúde e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento sustentável nos pequenos países insulares em desenvolvimento, desenvolvimento sustentável para a África (e outros de caráter regional), meios de implementação e marco institucional para o desenvolvimento sustentável.

De maneira geral, a Rio+10 foi mais modesta que a Eco-92, pois suas discussões de forma resumida, foram longas e difíceis, voltadas a medidas efetivas para a implementação da agenda 21, e não trouxeram muitos avanços, como os esperados. O próprio plano de implementação, não estipulou prazos de execução para muitas metas, nem sistema de monitoramento ou sanções, o que torna o seu cumprimento abstrato. Vale destacar, que os dois eventos ocorreram em conjunturas diferentes, pois enquanto a Rio-92 ocorreu em um momento histórico que favoreceu a cooperação internacional, a Rio+10 se desenrolou em período mundial de conflitos e desigualdade social crescente, o que arruinou o resultado final do encontro entre as nações (SEQUINEL, 2002).

Em 2015, treze anos após a Rio+10, foi realizada a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, na sede da ONU, localizada na cidade de Nova Iorque (Estados Unidos). O encontro contou com mais de 150 líderes mundiais, que juntos estabeleceram um

plano de ação para a erradicação da pobreza, proteção do planeta, além de garantia humana a paz e a prosperidade. O documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, foi estabelecido por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU, já no início da cúpula.

A agenda 2030, conta com 17 grandes metas, que guiarão as ações mundiais contra a pobreza e as desigualdades, conhecidas por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como mostra a figura 1. Os ODS foram baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que começaram a ser pensados na Rio+20, documento composto de oito grandes objetivos globais e 21 metas, voltados à erradicação da fome e da extrema pobreza, relacionadas à implementação de políticas de saúde e educação, além da promoção global para o desenvolvimento sustentável (ROMA, 2019). Os ODM são: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome, 2) universalizar a educação primária, 3) promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres, 4) reduzir a mortalidade na infância, 5) melhorar a saúde materna, 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, 7) assegurar a sustentabilidade ambiental e 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Figura 1: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Vale destacar, que a Agenda 2030 pensa no processo de transformação como uma ação coletiva, em todas as partes do mundo, se constituindo em uma relação ambiciosa de metas a serem cumpridas até o ano de 2030. Na cerimônia de abertura, o secretário-geral das Nações

Unidas, Ban Ki-moon (2015)<sup>5</sup>, mencionou que “a nova agenda é uma visão universal, integrada e de transformação para um mundo melhor. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o nosso guia. Eles são uma lista de coisas a fazer para as pessoas e o planeta, e um plano para o sucesso”. Além dos 17 ODS, o documento conta com 169 metas, uma seção sobre meios de implementação, além de mecanismo para avaliação e acompanhamento, entre eles o Fórum Político de Alto Nível (HLPF) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), mapa interativo que mede o progresso total das cidades para a realização dos ODS.

De acordo com Silva (2018, p. 659) abordar o desenvolvimento sustentável no contexto da Agenda 2030, “demanda ainda a combinação de três dimensões: i) erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões; ii) promoção da prosperidade compartilhada; e iii) gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas”. O primeiro item é um dos principais objetivos da ONU, desde sua criação em 1945, e é assunto discutido e reforçado em todos os eventos ambientais internacionais. Para os ODS, “erradicar a pobreza representa uma oportunidade para repensar a relação entre a pobreza, em suas múltiplas dimensões, e o atual modelo global de desenvolvimento, que exclui da prosperidade milhões de pessoas e inúmeras nações em desenvolvimento” (SILVA, 2018, p. 661).

Analisando a citação acima, é preciso refletir se a erradicação da pobreza, proposta pela Agenda 2030, é possível, visto que ela é um produto necessário à conservação do capitalismo. Netto (2007, p. 142), aponta que o “desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza”. Para o autor, é falsa a afirmação de que o crescimento econômico é condição indispensável para a redução das desigualdades sociais causadas pela miséria, pois a sociedade do capital, não tem por objetivo a distribuição de riquezas e sim a acumulação por parte de poucos (NETTO, 2007).

O segundo item está ligado ao direito do desenvolvimento econômico e humano para todos, o que não ocorre com as minorias da sociedade - mulheres, negros, indígenas e outros segmentos vulneráveis – que permanecem excluídos e marginalizados. Para promover uma prosperidade compartilhada é preciso maior equidade, geração de oportunidades de trabalho digno, ampliação da escolaridade e acesso a tecnologias que promovem melhoria de vida.

Para Silva (2018, p. 662):

---

<sup>5</sup> Fala do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, de acordo com comunicado divulgado, após cerimônia de abertura da Cúpula em 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/09/onu-adota-plano-dedesenvolvimento-sustentavel-dos-proximos-15-anos.html>. Acesso em: 16 jan. 2022.

Compartilhar a prosperidade é, em última instância, um imperativo ético e político que reconhece o direito de todos a ter acesso às inovações nos mais diversos campos do conhecimento – infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, comunicação, etc. – para reduzir o esforço de todos para ter uma vida digna.

O terceiro item, demanda por medidas transformadoras e urgentes, que considerem as mudanças climáticas e o respeito à biodiversidade, nas políticas de desenvolvimento. Desvincular a ideia de crescimento econômico e degradação ambiental é “condição fundamental para romper com a trajetória de um estilo de desenvolvimento que destrói a natureza ao utilizar padrões insustentáveis de recursos ao mesmo tempo que deixa grande parte da população vivendo na extrema pobreza” (SILVA, 2018, p. 662). É necessário perceber as consequências que as mudanças no clima impactam em questões como segurança alimentar e hídrica e reduzir consideravelmente a emissão da poluição na atmosfera.

Algumas críticas feitas à Agenda 2030 são vinculadas a equívocos. Primeiramente é preciso compreender que os ODS não podem ser analisados de forma independente pois se relacionam e possuem “como base o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, que concebe a ideia de que nenhum direito humano pode ser integralmente implementado sem que os outros direitos também o sejam” (SILVA, 2018, p. 663). Os direitos não podem ser hierarquizados, como se alguns fossem mais urgentes do que outros, nem buscados de forma isolada, pois precisam ocorrer de forma integrada e complementar.

Outra questão importante é a inexistência no documento de algum tópico que confronte a mudança do modelo de desenvolvimento e mostre que o cerne da questão é o atual sistema de produção. O pesquisador da Fiocruz, Armando de Negri Filho<sup>6</sup> (2021), mencionou no evento Agenda 2030: balanço global e perspectivas pós-pandemia, que é preciso questionar quem se beneficia com a estrutura atual de poder: “devemos assumir que existem beneficiários que fortalecem seu poder permanentemente e portanto existe uma disparidade crescente que inclusive pode produzir miséria de forma planejada, o que significa um grande desafio para os ODS”. A manutenção do poder nesse caso é observada pela falta de vontade política, unida à interferência das grandes corporações nos governos e nas instâncias multilaterais, moldando seus interesses em todos os conteúdos produzidos.

---

<sup>6</sup> Fala do pesquisador Armando de Negri Filho no evento “Agenda 2030: balanço global e perspectivas pós-pandemia”, que fez parte da série Seminários Avançados do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), realizado pela Fiocruz em 18 de agosto de 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/seminario-debate-situacao-atual-e-perspectivas-da-agenda-2030>. Acesso em: 25 ago. 2024.

Como pode ser observado, tanto na participação aos eventos quanto na produção dos documentos há uma complexa rede de influências que se mesclam e que produzem efeitos. A exploração dos documentos firmados nos eventos ambientais de âmbito internacional, requerem especial atenção quanto às intencionalidades presentes e materializadas nos documentos. Optamos, portanto, por utilizar o método da etnografia de redes, proposto por Stephen Ball, enquanto possibilidade de análise de redes sociais e políticas, utilizando ferramentas como levantamento de informações em *websites* institucionais e que configuram parcerias.

### 3 Etnografia de redes

A etnografia de redes, método proposto por Ball (2022), tem por objetivo compreender como as redes políticas, compostas por diversos segmentos, se relacionam e evoluem, perante políticas públicas educacionais. Esta análise enquanto ferramenta de mapeamento analítico, engloba os fluxos de pessoas/empresas e informações, permitindo examinar como ocorrem as relações políticas na atualidade e a complexidade destas interações. Busca também, explicar como a educação vem sendo resignificada enquanto mercado educacional, mas para entender o que é etnografia de redes, é preciso conceituar o que são redes políticas.

Ball, conceitua as redes políticas como “uma nova forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, e colocam em jogo, no processo de políticas, novas fontes de autoridades” (BALL, 2022, p. 34), no qual o papel e limites do Estado, empresas e sociedade estão cada vez mais tênues. Essas redes, formadas por uma gama diversificada de participantes como governos, agentes nacionais e organismos de atuação transnacionais, têm como eixo as políticas públicas. No campo educacional, a lógica de uma política global, é constatada por relações de poder, disputas e concorrências, apresentando oportunidade de ganhos econômicos. A educação por si só, torna-se mercadoria passando a ser comercializada pelo Estado Nacional, principalmente dos países mais pobres e convertem-se em oportunidades pelo setor privado, que lucram com um modelo de gestão e pacote de serviços oferecidos (BALL, 2022).

A governança citada no parágrafo anterior, começou a ser delineada no final do século XX, sob as ideias basilares do neoliberalismo, nas quais o Estado e o processo de globalização são justificativas para a desconstrução de entraves nas parcerias entre o poder público e o privado. O Banco Mundial em seu documento Governança e Desenvolvimento (1992), define governança como “a maneira pelo qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos

e sociais para o desenvolvimento de um país” (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 1), aliada à boa gestão para o desenvolvimento. Esse entendimento vai ao encontro da visão econômica conservadora do neoliberalismo, que prega a redução da participação do Estado e permite que entidades privadas interfiram em políticas públicas e lucrem com a educação pública.

Segundo Ball (2022), a governança em redes possui duas características substanciais: a primeira voltada a desestatização, que é o ato de inclusão da iniciativa privada na administração de serviço público, de forma parcial ou total. A segunda reafirma o papel do Estado, numa tendência pós-liberal, que configura o governo para contratante de serviços que no campo da educação, podem ser vistos como prestação de gestão administrativa, venda de material didático, entre outros. Essas redes herméticas e capilarizadas, ultrapassam os limites do Estado-nação, possibilitando que a administração pública possa realizar contratações e parcerias com instituições de diferentes naturezas jurídicas.

O modelo hierárquico de governo está em declínio, empurrado pelos apetites dos governos para resolver problemas cada vez mais complicados e puxados por novas ferramentas que permitem que inovadores moldem respostas criativas. Esse empurrar e esse puxar estão produzindo gradualmente um novo modelo de governo, em que as principais responsabilidades dos executivos já não se centram na gestão de pessoas e de programas, mas na organização de recursos - muitas vezes pertencentes a outros -, para a produção de valor público (EGGERS, 2011, p. 23).

Além dos Estados estarem perdendo de forma gradativa, sua capacidade de controlar seus sistemas de ensino, devido a presença massiva de instituições privadas, percebe-se uma transferência de políticas cada vez maior. “O termo transferência de política, refere-se a uma amálgama de ideias diversificadas que tentam capturar e modelar as formas pelas quais o conhecimento de política circula globalmente” (BALL, 2022, p. 36). Neste caso, ocorre a intervenção de ideias neoliberais estabelecidas pela elite dominante, que valoriza o individualismo em detrimento do bem comum e uma educação tecnicista em oposição a uma educação emancipatória e crítica.

A livre atuação de organismos multilaterais, como Banco Mundial e Unesco, na produção de documentos para a implantação de novas políticas, incluindo as educacionais, é percebida nos países latino-americanos, países estes considerados periféricos. Instituições como o grupo Lemann, Itaú Social, Fundação Bradesco, Instituto Natura, entre outros, também trafegam desembaraçadamente pelas redes. Considerando as políticas que compõem a educação, percebe-se um projeto ligado “as formas de cooptação na estrutura organizacional

institucional e no funcionamento da escola pública, com a finalidade de consolidar seus instrumentos produtivos, quantitativos e a cultura empresarial no sistema educacional brasileiro” (SILVA, 2003, p. 285).

Conforme anunciado, no próximo tópico, apresentamos algumas empresas identificadas que possuem envolvimento nas redes que integram a base política dos documentos Carta da Terra e Agenda 2030. No intuito de identificar as pessoas e organizações que participaram da elaboração e aprovação destes documentos, entendendo que aquilo que foi acordado, visa para além dos ideais propostos, outras intencionalidades como o favorecimento de acordos e parcerias entre eles.

#### **4 Etnografia de redes: elucidação de redes políticas e interesses intrínsecos**

Em concordância com o objetivo anunciado - compreender como essas redes de influências se formam e interferem nas políticas públicas, incluindo documentos firmados e eventos ambientais internacionais, ligados à educação ambiental, seguimos na busca pela identificação das trilhas sobre como ocorrem as relações das redes políticas, que envolvem questões econômicas em acordos firmados como a Carta da Terra e Agenda 2030. A priori, ao relacionar os responsáveis pela elaboração dos documentos supracitados, esbarramos na dificuldade em identificá-los, já que não existem assinaturas em ambos. A partir dessa constatação, concordamos com Ball (2022, p. 33), quando destaca que “um foco em eventos ou crises específicas pode ser um caminho a seguir”. Assim, optamos por localizar informações na aba “notícias” dos *websites* oficiais, que apresentam os eventos de premiações, acordos e parcerias firmadas, entre outras atividades relevantes.

De acordo com Ball (2022), descrever as relações na distribuição de poder e de capacidade dentro das redes políticas é algo que acontece de forma tão singular em cada uma delas que não é fácil de medir ou representar. Tais relações são opacas e fluídas formando as hierarquias que dificultam identificar as estruturas de poder. Assim, entende-se que “essa forma de governança em redes não são fixas e podem conter alguns componentes fugazes, frágeis e experimentais.” (BALL, 2022, p. 33).

Iniciamos a pesquisa navegando pela plataforma da Carta da Terra, e identificamos informações que podem nos ajudar a demonstrar o panorama dessas redes. Ainda assim, provavelmente, não conseguiremos delimitar a intensidade dessas relações, tão pouco entender

o quanto cada pessoa ou grupo organizacional listado, participou na elaboração de tais documentos. Apresentamos uma ideia sobre quem aparece como protagonista nos seus *websites*, recebendo premiações por sua participação ativa como afiliado ou parceiro do projeto, conforme são intitulados nessa plataforma.

Em agosto de 2024, o *website* Carta da Terra (<https://cartadaterrainternacional.org>), anuncia que foi realizada uma nova aliança com a *VoLo Foundation* (<https://volofoundation.org/>) que irá trabalhar em parceria na “Oportunidade de Desenvolvimento Profissional para Educadores e Jovens”. A *VoLo Foundation* se apresenta como uma organização familiar privada que existe para acelerar a mudança e o impacto global apoiando soluções climáticas baseadas na ciência, aprimorando a educação e melhorando a saúde. Com sede na Flórida, EUA, seus fundadores são David S. Vogel e Thais Lopez Vogel que, de acordo com o *website* da *VoLo*, “mantiveram um portfólio filantrópico pessoal por muitos anos, consistindo em grande parte de programas de saúde pública e educação”.

Além da Carta da Terra, a *VoLo* possui mais de 50 outros parceiros, um deles nos chama a atenção, é a *BrazilFoundation* (<https://brazilfoundation.org/en/>). Intitulada como uma organização filantrópica que trabalha na prestação de serviços, administrando doações internacionais de empresas para projetos de caridade no território brasileiro. A fundadora da *BrazilFoundation* é Leona Forman que trabalhou na ONU entre 1981 a 2000, conforme relatou em uma entrevista à *Forbes*<sup>7</sup>, ao comemorar os 20 anos da *BrazilFoundation* em 2020. Percebemos que Leona adquiriu não só a experiência nas relações internacionais durante seu trabalho na ONU, mas também construiu uma rede política que desempenha papel importante no trabalho filantrópico.

Em 05 de setembro de 2024, a Carta da Terra comemorou um novo acordo de colaboração entre eles e a *Soka University of America* (<https://www.soka.edu/>), que é uma faculdade particular budista de artes liberais em Aliso Viejo, Califórnia. A notícia revela pessoas importantes de ambas organizações, por meio de um Memorando de Entendimento assinado entre o Presidente Edward Feasel da *Soka University of America* e Mirian Vilela, Diretora Executiva e Michael Bracken, presidente da Carta da Terra Internacional, além de Daisaku Ikeda, fundador da Universidade Soka.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2020/09/donata-meirelles-leona-forman-mulher-de-sucesso-por-tras-da-brazilfoundation-celebra-20-anos-da-cao-com-primeiro-gala-digital-no-dia-12-de-setembro/>. Acesso em: 25 out. 2024.

Identificamos que Michael Bracken ou Michael J. Bracken, como está descrito na notícia no *website* da Carta da Terra Internacional (CTI), datada em 10 de março de 2022, foi nomeado como Presidente do Conselho Diretivo da CTI. Acrescenta-se a essa apresentação de Bracken, a atuação como presidente da *Medcom Benefit Solutions em Jacksonville*, Flórida. A *Medcom Benefit* (<https://medcombenefits.com/>) trabalha, entre outras funções, com planos de saúde para pessoas físicas e com programas de saúde governamentais. Atua em um conjunto de aplicativos e serviços para executar todas as operações administrativas, clínicas e financeiras exigidas pelos serviços de saúde e equipe administrativa de uma instituição correcional.

De acordo com Ball (2022), as empresas privadas utilizam-se do discurso filantrópico como oportunidade de um novo nicho de mercado através das parcerias público-privadas, configurando-se as redes políticas. Observamos que essa afirmação se faz presente nas relações estabelecidas entre as parcerias firmadas na CTI, na qual as empresas filantrópicas estão evidenciadas. Além disso, não fica claro quais são as reais atividades relacionadas com a essência do documento em questão e as intencionalidades por trás dessas relações, quantitativo de pessoas envolvidas no discurso e em via de regra às atividades propriamente ditas.

De modo distinto, o *website* da Agenda 2030 (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>), apresenta foco em objetivos exclusivos para o Brasil. Em sua página inicial, conseguimos observar no gráfico disponível, os parceiros que vinculam seus investimentos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país, o percentual doado e para que ODS a verba está sendo destinada. Percebemos que é difícil acompanhar o percurso destinado desses investimentos feitos para os ODS, tal como a aplicação desses recursos, que podem ser públicos ou privados, assim como os resultados de tais ações.

Alguns parceiros, que possuem maior relevância em nosso exame como o Governo dos Estados Unidos da América foram mencionados. Contabilizando as verbas destinadas, somente em 2024, o órgão governamental contribuiu com \$USD 43,3 milhões através de agências como Organização Internacional para Migração e Fundo de População das Nações Unidas para ODS voltados à erradicação da pobreza, redução das desigualdades e parcerias e meios de implementação. O Serviço Social do Comércio (SESC) através da Organização Internacional para Migração doou \$USD 10,6 milhões, para áreas como saúde e bem-estar, trabalho decente e crescimento econômico. Já o Governo Municipal de Porto Alegre, por intermédio do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), destinou \$USD 3,5 milhões para educação de qualidade, em cidades e comunidades sustentáveis.

No *website* também é possível fazer *download* do Relatório do Sistema das Nações Unidas no Brasil 2023, clicando na aba recursos e posteriormente publicações. No documento é possível observar o novo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027, estabelecido pelo Sistema das Nações Unidas com o Governo brasileiro, que “consiste no principal instrumento para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das atividades da ONU em apoio ao desenvolvimento no país e à implementação da Agenda 2030” (ONU BRASIL, 2024, p. 8). Vale destacar que para a elaboração do Marco, ocorreram debates e consultas que envolveram mais de 20 mil pessoas, participação de representantes do governo federal e 200 instituições da sociedade civil e do setor privado.

Outro ponto observado, é que dentre os cinco eixos temáticos propostos, encontra-se o quarto eixo, nomeado de Governança e Capacidades Institucionais, que retorna ao conceito de nova governança, mencionado por Ball. O autor descreve que “o mercado de ‘conhecimentos sobre governar’ está intimamente entrelaçado com a disseminação de novas narrativas políticas e com o descrédito das mais velhas no mercado de desenvolvimento de serviços públicos” (BALL, 2022, p. 181-182).

O quarto eixo descreve que o Sistema das Nações Unidas cooperou com as instituições brasileiras para trazer soluções nas questões condizentes sobre transparência e integridade, visando o combate da corrupção, bem como o controle social e o fortalecimento da democracia. Interessante a natureza desse tipo de parceria, para soluções tão singulares e cheias de especificidades, evidenciando a perspicácia da ONU na ingerência sobre essas problemáticas internas do governo brasileiro. Fica evidente que essas relações são as oportunidades políticas de poder e lucros mencionadas por Ball (2022).

O segundo eixo trata da inclusão social e em seu texto inicial, menciona que as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, afetam principalmente as minorias econômicas, além de intensificar as diferenças no desenvolvimento humano. O relatório evidencia a educação do ponto de vista assistencialista, não apresentando informações que promovam os saberes significativos para a formação integral de sujeitos. A ONU propõe para a melhoria da qualidade da educação, projetos de aprimoramento da gestão educacional, revisão de diretrizes curriculares e avaliação de desempenho, sem levar em consideração a realidade socioeconômica e cultural de cada região do país, além do meio social.

A UNOPS é apresentada no gráfico como uma das maiores representantes de implementação de orçamentos para a viabilização dos ODS. Desta forma, buscamos na aba notícias do *website*, relacionadas a ela e encontramos a reportagem intitulada ‘Parcerias

público-privadas podem impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, defende UNOPS'. Nela, descrevem um evento que aconteceu em setembro de 2024, promovido pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), com quem o UNOPS tem um projeto cujo objetivo é fortalecer a estruturação de Parcerias público-privadas (PPPs).

No evento, segundo a reportagem, participaram, Bernardo Bahia, gerente de Projetos do UNOPS, Sérgio Cabral, diretor-presidente e Daniel Raemdonck, diretor de Projetos Estratégicos e Mineração, ambos da Codemge, os quais reforçaram a promoção das PPPs em áreas como saúde e educação. O *workshop* apresentou a integração da parceria dessas duas empresas, que já havia sido firmada em abril de 2024, tendo o acordo estabelecido dois objetivos: a incorporação e monitoramento de critérios de ODS e ESG (sigla em inglês para governança ambiental, social e corporativa) e a estruturação de projetos de PPPs com essa perspectiva.

Perante as constatações obtidas com a pesquisa realizada, ressaltamos a importância dos estudos referente às redes políticas desenvolvidas por Ball (2022), pois o autor nos auxilia na compreensão de muitas facetas vinculadas a essa governança global. Essas redes de influências se utilizam de estratégias na prestação de serviços, nos mais diversos nichos, oportunizando negócios lucrativos, que são estabelecidos nas relações políticas.

### 3 Conclusões

Conforme sinalizado no início, por meio deste artigo, buscou-se compreender como as redes de influências se formam e interferem nas políticas públicas, incluindo documentos firmados em eventos ambientais internacionais, ligados à educação ambiental. Os estudos permearam as relações políticas vinculadas aos documentos oficiais estabelecidos na ECO-92 e a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, mas especificamente a Carta da Terra e a Agenda 2030, respectivamente. Para localizar as informações diluídas em vários *websites* e notícias, seguimos a metodologia de Ball (2022), que orienta encontrar em notícias relacionadas aos eventos ou crises, informações que os identificam.

A pesquisa demonstrou que as redes políticas se intensificaram a partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, enquanto doutrina econômica de manutenção do capital. Essas redes, são consideradas um tipo novo de relações sociais, que envolvem fluxos, movimentos e intensidades específicas de interesses entre os lados que se relacionam (Ball,

2022). Revelam, ainda, um movimento de governança, simbolizado pela presença de atores empresariais, organizações governamentais, organismos multilaterais e instituições filantrópicas que utilizam do discurso de ineficiência do Estado, em prol de parcerias “criativas” para resolução de problemas (BALL, 2022).

Por trás dessa estratégia, percebem-se as reais intencionalidades, como o poder de influenciar políticas públicas, a exemplo das educacionais, garantindo participação nos recursos públicos por parte dos envolvidos nessas redes. Considerando essas afirmações, a etnografia de redes mapeia essas relações informais que sofrem mudanças de acordo com os interesses de seus membros. Tais constatações serão aprofundadas no avanço do estudo, que não se finda neste artigo.

Essas conexões ocorrem em um cenário envolvido de ideologia neoliberal, inserido em um sistema que reproduz estruturas e desigualdades sociais, impondo os valores das classes dominantes (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Nessa perspectiva, a erradicação da pobreza, posta como objetivo a ser alcançado, se encontra como parte integrante dos documentos Carta da Terra e Agenda 2030, e vai de encontro às práticas capitalistas, de uma estrutura que necessita dessas condições para sua sobrevivência. No caso dos países latino-americanos, como o Brasil, essa problemática é intensificada devido ao contexto histórico de exploração desde sua colonização. A dominação arraigada, favorece a submissão que é reproduzida culturalmente, perpetuando as formas como o capital se apresenta.

Tendo em vista as atuais configurações das políticas em âmbito internacional, constata-se a relevância de estudos na temática das redes de influências, desvelando os atores e acompanhando suas transformações em diferentes ramos de atuação. Conhecer quem são estes atores, suas organizações e o contexto histórico no qual relações são estabelecidas, permite entender objetos de estudo, como acordos e documentos oficiais, trazendo ampliação de compreensão das subjetividades.

### Referências

- AMADO, João; CRUSOÉ, Nilma Margarida de Castro. *Referenciais teóricos e metodológicos de investigação em educação e ciências sociais*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.
- BALL, Stephen J. *Educação Global S.A: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

BANCO MUNDIAL. *Governance and development*. Washington, Oxford University. Press. 1992.

BATISTA, Pedro Ivo de Souza. 20 anos da Carta da Terra: afirmação de nova sociedade global. *Correio Braziliense*, 2020. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/opinia o/2020/06/29/internas\\_opinia o,867706/20-anos-da-carta-da-terra-afirma cao-de-nova-sociedade-global.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/opinia o/2020/06/29/internas_opinia o,867706/20-anos-da-carta-da-terra-afirma cao-de-nova-sociedade-global.shtml). Acesso em: 07 jan. 2024.

BORDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

EGGERS, William D. *The changing nature of government: network governance*. 2011. Disponível em: <http://press-files.anu.edu.au/downloads/press/p96031/pdf/ch039.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GALVÃO, Jefferson Wagner e Silva; SIQUEIRA, Carlos Eduardo de Souza; BARROSPLATIAU, Ana Flávia. As conferências ambientais da ONU e o prêmio Nobel da Paz: ganhos intangíveis em declínio? *Novos Cadernos NAEA*. Belém: UFPA. v. 21, n. 3, p. 77-101. set/dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5429/5347>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GTSC, Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. ODS. 2016. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Conferências de desenvolvimento sustentável*. Brasília: FUNAG, 2013.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Tradução: Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NETTO, José Paulo. *Desigualdade, Pobreza e Serviço Social*. Revista em pauta: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro: UERJ. n. 19. p. 135-170. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/190>. Acesso em: 18 mai. 2024.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. *Estudos avançados*. São Paulo: USP. v. 6, n. 15, p. 79-93. 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DZBVpsgKp3wGQsDm5pBb6bM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2024.

ONU BRASIL. Relatório 2023 ONU Brasil. Brasil. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/271918-relat%C3%B3rio-anual-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-no-brasil-2023>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*.

São Paulo. v. 71, n. 1, p. 33-39. jan-mar. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

RIBEIRO, Wagner Costa. O Brasil e a Rio+10. *Revista do departamento de Geografia*. São Paulo: USP. v. 15, p. 37-44. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47295/51031>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável – Joanesburgo: entre o senho e o possível. *Análise Conjuntural*. v. 24, n. 11-12. nov-dez 2002. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_24\\_6e.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_24_6e.pdf). Acesso em: 12 mar. 2024.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação. In: NEGRI, João Alberto de; ARAÚJO, Bruno César; BACELETTE, Ricardo (org). *Desafios da Nação: artigos de apoio*, volume 2. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327\\_desafios\\_da\\_nacao\\_apoio\\_vol2.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180327_desafios_da_nacao_apoio_vol2.pdf). Acesso em: 16 jul. 2024.

SILVA, Maria Abádia da. Do projeto político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da escola pública brasileira. *Cad. Cedes*. Campinas: Unicamp. v. 23. n. 61, p. 283-301. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ghxkCxNyHpsGrB9PQP4GybT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

## De la Carta de la Tierra a la Agenda 2030: etnografía de las redes de influencia

### Resumen

La Carta de la Tierra y la Agenda 2030 son importantes documentos de referencia para la educación ambiental desde la perspectiva del desarrollo sostenible, resultantes de eventos ambientales internacionales organizados a partir de la década de 1990 por las Naciones Unidas en colaboración con entidades gubernamentales y no gubernamentales. Con el creciente proceso de globalización, se establecen cada vez más asociaciones público-privadas que interfieren en la circulación de ideas y en la producción de documentos, resultantes de acuerdos matizados por relaciones de poder, redes de influencias e intereses caracterizados por la gobernanza global. Considerando estas premisas, el objetivo de este artículo es comprender cómo estas redes de influencias se forman e interfieren en las políticas públicas, incluyendo los documentos firmados en eventos ambientales internacionales vinculados a la educación ambiental. Partiendo de los presupuestos de la investigación cualitativa, los procedimientos metodológicos utilizados fueron la investigación bibliográfica y documental, así como la consulta de *sitios web* institucionales vinculados a los documentos mencionados, anclados en el método de la etnografía de redes. A partir de la investigación realizada en diversos *sitios web* y noticias vinculadas a la Carta de la Tierra y la Agenda 2030, fue posible constatar que las asociaciones público-privadas establecidas involucran diferentes actores y tipos de transacciones complejas de identificar, así como una cartera diversa de inversiones y donaciones en forma de filantropía. Se establecen redes de influencia para garantizar beneficios y se mueven libremente por la esfera gubernamental, revelando el movimiento de gobernanza global que involucra a diferentes actores e instituciones en la defensa y presentación de soluciones creativas a problemas complejos, como la educación ambiental y la sostenibilidad.

Palabras clave: Carta de la Tierra; Agenda 2030; Etnografía en red; Redes de influencia; Políticas públicas

## De la Charte de la Terre à l'Agenda 2030: ethnographie des réseaux d'influence

### Résumé

La Charte de la Terre et l'Agenda 2030 sont des documents de référence importants pour l'éducation à l'environnement dans une perspective de développement durable, issus d'événements environnementaux internationaux organisés à partir des années 1990 par les Nations unies en lien avec des entités gouvernementales et non gouvernementales. Avec le processus croissant de mondialisation, de plus en plus de partenariats public-privé sont établis qui interfèrent avec la circulation des idées et la production de documents, résultant d'accords nuancés par des relations de pouvoir, des réseaux d'influences et d'intérêts caractérisés par la gouvernance mondiale. Partant de ces prémisses, l'objectif de cet article est de comprendre comment ces réseaux d'influences se forment et interfèrent dans les politiques publiques, y compris dans les documents signés lors d'événements environnementaux internationaux liés à l'éducation à l'environnement. Sur la base des hypothèses de la recherche qualitative, les procédures méthodologiques utilisées ont été la recherche bibliographique et documentaire, ainsi que la consultation des *sites web* institutionnels liés aux documents mentionnés, ancrées dans la méthode de l'ethnographie des réseaux. Les recherches effectuées sur différents *sites web* et actualités liés à la Charte de la Terre et à l'Agenda 2030 ont permis de constater que les partenariats public-privé établis impliquent différents acteurs et types de transactions complexes à identifier, ainsi qu'un portefeuille diversifié d'investissements et de dons sous forme de philanthropie. Des réseaux d'influence sont établis pour garantir les profits et circulent librement dans la sphère gouvernementale, révélant le mouvement de gouvernance mondiale qui implique différents acteurs et institutions dans la défense et la présentation de solutions créatives à des problèmes complexes, tels que l'éducation à l'environnement et la durabilité.

Mots-clés : Charte de la Terre ; Agenda 2030 ; Ethnographie en réseau ; Réseaux d'influence ; Politiques publiques.

## From the Earth Charter to the 2030 Agenda: ethnography of influence networks

### Abstract

The Earth Charter and the 2030 Agenda are important reference documents for environmental education from the perspective of sustainable development resulting from international environmental events organized since the 1990s by the United Nations in conjunction with governmental and non-governmental entities. With the growing process of globalization, more and more public-private partnerships are being established that interfere with the circulation of ideas and the production of documents, resulting from agreements nuanced by power relations, networks of influences and interests characterized by global governance. Considering these premises, the aim of this article is to understand how these networks of influences are formed and interfere in public policies, including documents signed at international environmental events linked to environmental education. Based on the assumptions of qualitative research, the methodological procedures used were bibliographical and documentary research, as well as consultation of institutional *websites* linked to the documents mentioned, anchored in the method of network ethnography. From the research carried out on various *websites* and news items linked to the Earth Charter and Agenda 2030, it was possible to see that the public-private partnerships established involve different actors and types of transactions that are complex to identify, as well as a diverse portfolio of investments and donations in the form of philanthropy. Networks of influence are established to guarantee profits and move freely through the government sphere, revealing the global governance movement that involves different actors and institutions in defending and presenting creative solutions to complex problems, such as environmental education and sustainability.

Keywords: Earth Charter; Agenda 2030; Network Ethnography; Influence Networks; Public Policies.